

A inserção social dos conselhos municipais de políticas públicas em Chapecó/SC: aspectos inerentes à trajetória histórica*

*Dúnia Comerlatto***

*Liane Colliselli****

*Maria Elisabeth Kleba*****

*Sandra Lúcia Peretto******

*Patrícia Savariz******

*Veridiana da Silva Pinto******

Resumo

A criação dos conselhos municipais, no âmbito das políticas públicas, fundamentada pelo texto constitucional de 1988, tornou-se um fato nos municípios brasileiros, mais precisamente, durante os anos de 1990. Os conselhos municipais de políticas públicas passam a configurar uma das principais inovações no campo da gestão das ações sociais, sendo considerados canais importantes de interlocução e de criação de novas relações sociais e políticas. Nessa lógica, constituem-se protagonistas, ou seja, sujeitos coletivos na construção social da realidade local, ao (re)desenharem as relações de poder, ao produzirem fatos/acontecimentos e significados. Dessa forma, demarcam diferentes trajetórias históricas em meio às particularidades presentes na realidade local em que se inserem. Neste artigo, abordam-se aspectos relacionados à representação, participação e comunicação, inerentes à trajetória histórica de inserção social dos conselhos municipais de políticas públicas da Saúde, da Assistência Social, dos Direitos da Criança e do Adolescente e dos Direitos do Idoso, na realidade de Chapecó. Este estudo se caracteriza qualitativo,

do tipo histórico. Como técnica e instrumentos de coleta de dados, a análise documental e as entrevistas, basicamente, geraram as informações empíricas. Como resultados destacam-se: o catálogo sobre a criação dos conselhos, a representação das entidades, a percepção da participação e a comunicação estabelecida com a mídia local.

Palavras-chave: Participação social. Poder local. Conselhos municipais. Comunicação.

Introdução

Com a promulgação da Constituição Federal Brasileira de 1988, ancoram-se os fundamentos participativos e democráticos para orientar as relações socioinstitucionais entre o Estado e a sociedade. A criação dos conselhos municipais, no âmbito das políticas públicas, fundamentada pelo texto constitucional de 1988, tornou-se um fato nos municípios brasileiros, mais precisamente, durante os anos de 1990. De composição paritária, compreendendo representantes das esferas governamental e não-governamental e com caráter deliberativo para decidir, de modo setorial e intersetorial, a formulação e gestão das políticas públicas. Esses conselhos são estratégias ativadoras para desencadear processos sociais democráticos e participativos na relação entre a sociedade civil e o Estado. Nesse sentido, os conselhos municipais de políticas públicas passam a configurar uma das principais inovações no campo da gestão das ações sociais, sendo considerados canais importantes de interlocução e de criação de novas relações sociais e políticas.

Os conselhos municipais de políticas públicas se destacam no cenário sociopolítico brasileiro como referência da viabilidade de um projeto bastante ousado de democracia, pois têm desencadeado avanços no tocante à defesa de direitos. Contudo, enfrentam desafios para consolidar e ampliar processos dinâmicos de participação na proposição de políticas, na consolidação de espaços

de debate público e no estabelecimento de mecanismos de comunicação e pactuação social. São espaços que vêm sendo construídos pela ação coletiva de inúmeros sujeitos sociais, na busca da ampliação e do fortalecimento do poder local. Nessa lógica, constituem-se protagonistas, ou seja, sujeitos coletivos na construção social da realidade local, ao (re)desenharem as relações de poder, ao produzirem fatos e acontecimentos, atribuindo a esses significados. Dessa forma, demarcam diferentes trajetórias em meio às particularidades presentes na realidade local em que se inserem.

Desse modo, enfatizam-se questões relativas à ampliação da democracia política e da cidadania. Ou seja, as lutas na conquista e ampliação de direitos sociais e nas operações prático-políticas de atores, organizações e movimentos que representam os interesses dos setores populares, são vistas como caminho para consolidar o exercício da participação e da cidadania. O debate sobre cidadania se vincula à consolidação das relações democráticas e comunicacionais, entre as esferas pública estatal e não-estatal, na perspectiva de democratizar o Estado, instituindo o cidadão em suas representações públicas como criador de direitos e construtor de novos processos comunicativos em sociedade.

Nessa perspectiva, os fenômenos comunicativos a serem produzidos estão condicionados à dinâmica dos grupos em sociedade, sendo que, o que se publica passa a ser refletido e analisado, podendo gerar uma (re)significação de opiniões, posturas e atitudes pessoais, grupais e organizacionais. Relacionado aos conselhos municipais de políticas públicas, qualquer que seja a realidade local na qual se inserem, sem dúvida, os processos comunicacionais (individuais ou coletivos) irradiam conhecimentos acerca dos acontecimentos e fatos e influenciam opiniões e atitudes na (re)produção das relações sociais e na atribuição de sentido às dinâmicas societárias (MELO, 1970).

Procedimentos metodológicos de estudo

Na busca para alcançar uma explicação sobre como se caracteriza o processo de criação e consolidação dos conselhos municipais de políticas públicas no município de Chapecó/SC, em seus aspectos inerentes à comunicação e inserção social, os fundamentos qualitativos de investigação são importantes, pois desencadeiam uma abertura para uma compreensão detalhada de significados e características de situações vivenciadas. Assim, valores e crenças, representações e opiniões são relevantes para aprofundar conhecimentos sobre fatos e processos construídos por indivíduos e grupos na trajetória histórica.

Configurado como qualitativo, o estudo em pauta se classifica do tipo histórico, uma vez que consiste em localizar, avaliar e sintetizar sistemática e objetivamente as provas, para estabelecer os fatos e obter conclusões referentes aos acontecimentos do passado (RICHARDSON, 2007). Tal estudo demanda análises documentais, revisões bibliográficas e informações empíricas do universo de sujeitos que se relacionam com o tema a ser pesquisado. Uma pesquisa em história é apresentada como experiência humana, na qual indivíduos, grupos ou classes representam o acontecer histórico, como memória coletiva. Assim, o pesquisador, ao recuperar essa experiência vivida, tece uma construção da memória.

Este estudo, focalizando a caracterização do processo de criação e consolidação dos conselhos municipais de políticas públicas no município de Chapecó/SC, teve seus objetivos traçados com a pretensão de: (a) situar aspectos históricos inerentes aos conselhos municipais; (b) identificar as entidades e atores sociais participantes e (c) reconhecer a dinâmica de participação dos atores sociais nos conselhos municipais.

Nessa perspectiva, o processo de coleta de dados se baseou em fontes primárias e secundárias. Primária, tendo em vista os sujeitos selecionados, ou seja, os conselheiros municipais considerados “informantes-chave”, com significativa inserção nos Conselhos

da Saúde (CMS), Assistência Social (CMAS), Criança e Adolescente (CMDCA) e Idosos (CMDI), no período de 1990 a 2007. E, como fonte secundária, foram selecionados os jornais locais catalogados no Centro de Organização da Memória do Oeste de Santa Catarina (CEOM)¹, por agregarem notícias sobre os conselhos já citados. Os Conselhos anteriormente referidos foram selecionados no universo dos 17 (dezesete) conselhos municipais existentes em Chapecó/SC, uma vez que, desde 2002, esses fóruns públicos têm sido estudados pelo Grupo de Pesquisa em Políticas Públicas e Participação Social (GPPPS)².

Os instrumentos de pesquisa utilizados foram: (a) entrevista individual com os “informantes-chave”, identificados *a priori* com base nas indicações provenientes de uma funcionária pública que, desde 1998, atua na secretaria executiva dos conselhos na área da assistência social, sendo assim, “memória viva”, facilitando a identificação e a localização dos sujeitos a serem pesquisados por meio da entrevista, a qual permitiu uma conversa em que os sujeitos puderam relatar os fatos vivenciados na trajetória histórica dos conselhos; (b) análise de documentos, dirigida aos textos escritos, nesse caso, os jornais locais como fontes de informação; (c) análise documental, consistindo na leitura das Leis de criação e dos regimentos internos dos conselhos, bem como das portarias de nomeação dos conselheiros.

A representação de entidades, a participação e a comunicação com a sociedade na trajetória dos conselhos municipais

Ao situar aspectos históricos inerentes à criação dos conselhos municipais locais, compreende-se necessário contextualizar o espaço social e político em que esses estão inseridos. O município de Chapecó localiza-se na região oeste de Santa Catarina, aproximadamente a 600 quilômetros da capital do estado, tendo sua emancipação política administrativa promulgada pela Lei nº 1.147 de 25 de agosto de 1917. A palavra Chapecó tem sua origem na língua indígena kaingang e significa “de onde se avista o caminho da roça”.

Segundo dados do último censo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2007), a população de Chapecó é de aproximadamente 165 mil habitantes. O município de Chapecó vem assumindo, no decorrer dos anos, posição de município polo do oeste catarinense, sendo referência política, econômica e na prestação de serviços para mais de cem municípios. A partir da década de 1950, Chapecó foi se constituindo sede de algumas das principais empresas processadoras de suínos, aves e derivados do país, atualmente, base da economia regional. Outra particularidade do município, e também da região oeste catarinense, refere-se aos diversos movimentos sociais criados no período de 1978 a 1987, com destaque ao Movimento dos Sem Terra, Movimento das Mulheres Agricultoras e o Movimento dos Atingidos pelas Barragens do Rio Uruguai, além de movimentos de oposição sindical. A principal bandeira de luta desses movimentos era consolidar processos democráticos e de participação, ou seja, a participação dos cidadãos nas decisões e na estrutura política, econômica e social para a construção de um projeto de sociedade onde fosse possível superar todas as formas de opressão, dominação e exploração (POLI, 2008).

Pode-se destacar, ainda, o importante papel de Igrejas, como a católica e a de confissão luterana, no apoio a esses movimentos. Kleba (2005) relata o protagonismo da pastoral da saúde – através de seus agentes de saúde e da coordenação diocesana – na implementação do Sistema Único de Saúde, no início da década de 1990, ator social ativo especialmente na criação e consolidação dos conselhos de saúde nos municípios da região.

É nesse contexto que surgem os conselhos municipais de políticas públicas em Chapecó, sendo que os primeiros conselhos municipais são criados a partir de 1991, através de decretos e leis municipais, conforme pode ser visualizado no Quadro 1, a seguir:

Quadro 1: Conselhos municipais existentes em Chapecó de 1991 até 2006

Ano de Criação	Nome do Conselho Municipal	Siglas	Órgãos Municipais de Vinculação
1991	Conselho Municipal de Saúde ⁱ	CMS	Secretaria Municipal de Saúde
1993	Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente ⁱⁱ	CMDC	Fundação de Ação Social
1995	Conselho Municipal de Educação	CME	Secretaria Municipal de Educação
1995	Conselho Municipal de Assistência Social ⁱⁱⁱ	CMAS	Fundação de Ação Social
1996	Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico	CMDE	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico
1998	Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural	CMDR	Secretaria Municipal de Agricultura
1998	Conselho Municipal de Entorpecentes	COMEM	Fundação de Ação Social
2000	Conselho Municipal dos Direitos da Mulher	CMDM	Fundação de Ação Social
2000	Conselho Municipal de Alimentação Escolar	CAE	Secretaria Municipal de Educação
2001	Conselho Municipal de Habitação	CMH	Fundação de Ação Social
2003	Conselho Municipal de Segurança Alimentar	COMSEA	Fundação de Ação Social
2004	Conselho Municipal dos Direitos do Idoso ^{iv}	CMDI	Fundação de Ação Social
2004	Conselho Municipal de Desenvolvimento Territorial	CMDT	Secretaria Municipal de Geoprocessamento
2004	Conselho Municipal de Esportes	COMES	Secretaria Municipal de Esporte e Lazer
2005	Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência	COMDE	Fundação de Ação Social
2006	Conselho Municipal de Meio Ambiente	CMMA	Secretaria Municipal de Meio Ambiente
2006	Conselho Municipal da Cultura	CMC	Secretaria Municipal de Cultura

Fonte: Banco de dados do Grupo de Pesquisa em Políticas Públicas e Participação Social – GPPPS

O estudo envolvendo os quatro conselhos municipais eleitos, mencionados anteriormente, revela uma relativa permanência das entidades que participam desses fóruns deliberativos no município de Chapecó. Desde 1991, 116 entidades tiveram representantes nestes quatro conselhos. Das 1497 representações titulares e suplentes registradas, 520 (34,73%) foram de órgãos governamentais, principalmente secretarias e/ou fundações municipais. É necessário registrar que a legislação prevê como paridade na composição dos conselhos da assistência social, dos direitos da criança e do adolescente e dos direitos dos idosos 50% de representantes governamentais e 50% de representantes não-governamentais. Já o conselho da saúde considera a paridade com 50% de usuários, 25% de profissionais de saúde e 25% de representantes governamentais e prestadores de serviço.

Das entidades que participaram dos conselhos estudados, 32,75% participaram em mais de um conselho; 6% participaram dos quatro conselhos, sendo essas a Secretaria Municipal de Educação e Cultura (SME), a Secretaria Municipal da Saúde (SMS), a Secretaria Municipal do Desenvolvimento Comunitário e Habitação (SMDCH), atualmente Fundação de Assistência Social (FASC), a Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó), a Associação dos Profissionais de Assistência Social do Oeste de Santa Catarina (APAS) e o Hospital Regional do Oeste (HRO).

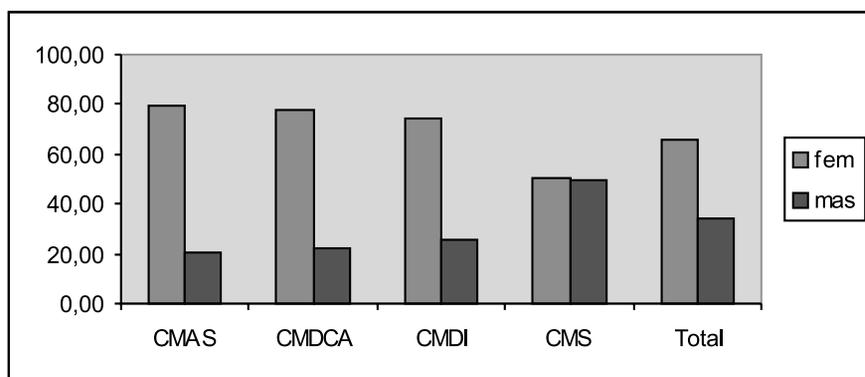
Relacionado às pessoas que representaram entidades nos conselhos, participaram ao todo 610 atores sociais, entre titulares e suplentes. Destes, 11 (0,65%) já participaram em três conselhos, e 51 (8,36%) participaram em dois conselhos. 56,46% dos conselheiros foram nomeados mais de uma vez, e um quarto dos conselheiros (20,62%) participou em quatro gestões ou mais. Cinco conselheiros chamam atenção por terem sido nomeados nove vezes ou mais, sendo que um destes já foi nomeado 14 e outro 17 vezes.

Esses dados chamam atenção à medida que a maioria dos conselhos tem em seu regimento interno restrições à recondução dos conselheiros ao cargo por mais de duas gestões consecutivas. Certamente a permanência do representante poderia significar maior qualificação da participação, pois esse já está habituado à dinâmica, aos fluxos e às “manhas” próprias dos debates e embates, facilitando, assim, seu posicionamento nas discussões e nas tomadas de decisão. Essa permanência pode, no entanto, evidenciar fraca articulação no interior da entidade, resultando em pouco interesse, disponibilidade e comprometimento da organização como um todo. Nesse sentido, o conselheiro se posiciona porta voz de seu ponto de vista, ao invés da defesa dos interesses de um grupo, uma categoria ou um segmento social, restringindo a possibilidade desse espaço se constituir num espaço de aprendizado do exercício da cidadania em seus processos participativos, para um maior número de pessoas.

Quanto aos representantes, observa-se forte predominância de mulheres como representantes nos conselhos, ou seja, 65,75%

em relação aos homens. Considerando a representação em cada conselho, percebe-se maior predominância do sexo feminino no CMAS, com 79,19% dos conselheiros, seguido do CMDCA, com 77,37%, e do CMDI, com 74,78%. Já no CMS não houve diferença acentuada, ficando as mulheres com participação de 50,23%. Nesse conselho, essa representação também teve diferença significativa entre gêneros: o sexo feminino esteve mais presente entre os representantes do governo (71,21%) e dos profissionais de saúde (61,94%); já o sexo masculino sobressaiu entre os representantes dos prestadores de serviço (64,10%) e usuários (62,12%), conforme pode ser visualizado no Gráfico 1, abaixo:

Gráfico 1: Percentual de representantes do sexo masculino e feminino nos conselhos municipais, 1991 a 2007



Fonte: Banco de dados do Grupo de Pesquisa Políticas Públicas e Participação Social – GPPPS

Nas entrevistas realizadas com membros de diretorias de onze entidades/ instituições foi possível identificar que os representantes de suas organizações são normalmente escolhidos a partir de seu interesse em participar, ou do desejo de colaborar. Sobre os critérios de escolha dos representantes, a ênfase foi o interesse do representante em sua vontade de participar. Entretanto, os entrevistados também ressaltaram a capacidade, a competência e o conhecimento como necessários para defender uma ideia, questionar no debate ou ainda

batalhar por uma causa. Em se tratando do CMS, 67% dos conselheiros iniciaram sua participação através de indicação, 17% por convite, 8% por estar na condição de ser o representante da entidade e 8% não detalharam. Evidencia-se que a indicação para participação, atingindo a maioria dos conselheiros, foi estimulada a partir dos cargos de gerência e da condição de liderança que os conselheiros ocupavam na entidade representada. Ainda, quando se encontravam na condição de suplente de conselheiros titulares. Em relação à categoria de convidado ocorreu na sua totalidade quando a entidade iniciou a sua representação no conselho.

A participação dos conselheiros no Conselho Municipal de Saúde se caracteriza em três categorias: “muito participativa”, “participa da melhor forma” e “pouco participativa”. Na categoria “muito participativa” ocorre uma participação ativa, o envolvimento dos conselheiros na proposição e na discussão dos assuntos abordados nas reuniões do Conselho, na perspectiva do compromisso com as políticas públicas na área da saúde, representada pela seguinte fala: “[...] apresentávamos propostas [...], aprovávamos o que nós achávamos importante e debatíamos o que nós achávamos que não era importante e apresentávamos uma contra proposta. [...] a preocupação nossa era aprovar o que nós achávamos correto [...], importante no ponto de vista da saúde pública” (E 1).

Segundo Presoto, Westphal (2005) a participação da sociedade civil, organizada em conselhos, permite o exercício do controle social sobre as políticas governamentais, a formulação e proposição de diretrizes, o estabelecimento de meios e prioridades de atuação voltadas para o atendimento das necessidades e interesses dos diversos segmentos sociais, a avaliação das ações e a negociação do direcionamento dos recursos financeiros existentes.

Na categoria “participa da melhor forma” evidencia-se o compromisso do conselheiro em relação à entidade que representa, falar em nome do coletivo: “Participar da melhor forma [...] como a gente é representante da instituição não pode colocar o pensamento, mas, [...] a opinião da instituição que representa e não a opinião pessoal” (E 6). Este depoimento se aproxima do conceito de que a “representação significa

delegação de poderes conferidos pela população a certas pessoas a fim de que exerçam em seu nome alguma função” (BRASIL, 2002, p.53). Assim, ser representante implica assumir o compromisso com aqueles que o indicaram, respeitar as posições de seus representados e defendê-los no Conselho. Implica, também, informar e prestar contas de suas ações aos seus representados.

E, por fim, na categoria “pouco participativa” percebe-se a fragilidade da participação, evidenciado pelo pouco envolvimento do conselheiro, uma vez que aguarda que outros conselheiros se manifestem primeiro: “[...] têm outras pessoas que eu aguardo e, normalmente, elas entram antes [...]” (E 2); “Eu sempre espero para quem entende mais” (E 9).

As desigualdades reveladas na dinâmica de participação dos conselhos municipais reproduzem as desigualdades que marcam as relações sociais em nosso país. Apesar de ter sua participação assegurada institucional e juridicamente, os grupos populares têm atuação restrita não apenas pelo acesso limitado ao saber técnico, mas pela própria composição de forças que torna esses fóruns arenas políticas extremamente inibidoras aos usuários. “A presença nesse espaço é construída como uma rede em que os nós que lhe dão forma articulam diferentes saberes e inserções, desigualdades, relações de poder, experiências pessoais, diversos objetivos, etc.” (GUIZARDI; PINHEIRO, 2006, p.802).

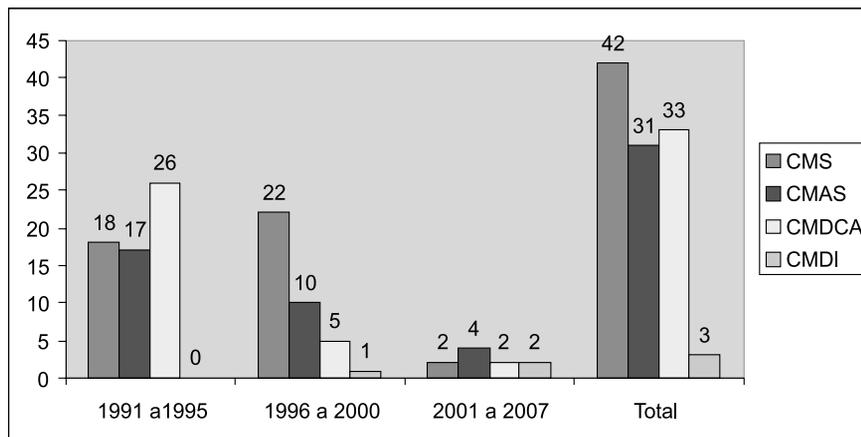
A comunicação dos conselhos municipais no contexto de Chapecó, com a sociedade em geral, remete a iniciativas estratégicas na relação com a mídia local, uma vez que a relação direta e permanente com os meios locais de comunicação é muito importante ao possibilitar a expressão de opiniões, informações, contribuições e críticas aos processos de gestão e controle social. Nesse sentido, a comunicação midiática é um elemento fundamental para interferir nas relações sociais, contribuindo para promover a participação e a mobilização em defesa dos interesses públicos.

A comunicação, como processo, pode alcançar diferentes finalidades, quais sejam: (a) conhecer uma situação; (b) trocar ou unificar opiniões em grupo; (c) tomar decisões sobre problemas; (d) anunciar

eventos; e (e) conhecer e fortalecer culturas. Ainda, é influenciada por diferentes atores, através de situações, necessidades e relações estabelecidas entre pessoas, grupos e organizações no contexto social em que se inserem (FRANÇA, 2005).

A intensificação do diálogo entre os conselhos municipais de políticas públicas e a sociedade de Chapecó, por meio da mídia local, revela-se necessária como condição para consolidar uma sistemática de diferentes meios e modos de estabelecer estreitos processos comunicativos. Ao considerar o reduzido número de notícias registradas em jornais locais de Chapecó, entre os anos de 1991 a 2007, o esvaziamento e a consequente anulação da presença dos quatro conselhos municipais estudados na mídia impressa a partir dos anos 2000, quando 10 dos 17 conselhos existentes foram criados, essa necessidade fica mais evidente. O Gráfico 2, abaixo, demonstra tais considerações.

Gráfico 2: Número de notícias veiculadas em jornais locais de Chapecó, envolvendo conselhos municipais.



Fonte: Pesquisa de campo junto ao Centro de Organização da Memória do Oeste de Santa Catarina / Unochapecó

De modo geral, os conselhos municipais têm dificuldades de acessar os diversos espaços da mídia local para divulgar informações, debater questões temáticas cotidianas e de mobilizar iniciativas populares em defesa do acesso e ampliação dos direitos sociais e

políticos. Desse modo, ficam privados de largos processos de vínculos orgânicos de comunicação e articulação com as bases societárias, cabendo-lhes inovar em diferentes estratégias e meios para acirrar sua capacidade comunicacional (FERRAZ, 2006).

Relacionadas ao Conselho Municipal da Saúde (CMS) predominam as notícias informando sobre: nomeação e destituição de conselheiros; aprovação dos planos municipais de saúde; situações e condições das entidades prestadoras de serviços; atendimentos aos usuários; reuniões e conferências municipais; apreciação de relatórios, balancetes e projetos.

Referentes ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), as notícias registram: sua implantação; organização de fóruns e seminários de debates direcionados às questões específicas do segmento infanto-juvenil; nominata de conselheiros e sua diretoria; posse dos conselheiros; cadastramento das entidades assistenciais; Campanhas de defesa; o Estatuto da Criança e do Adolescente e sua implementação; relatório de atividades; captação de recursos.

Delimitados ao Conselho Municipal da Assistência Social (CMAS), os registros das notícias comunicam sobre: sua criação; organização de fóruns e seminários de debates direcionados às questões específicas da política de assistência social; posse dos conselheiros; aprovação do regimento interno.

E, finalmente, relacionado ao Conselho Municipal dos Direitos dos Idosos (CMDI), o mais recentemente criado (ano de 2004) dentre os estudados, as notícias destacam as entidades que dele participam e a garantia de vagas de estacionamento para os idosos.

Considerações Finais

Ao caracterizar o processo de criação e consolidação dos conselhos municipais de políticas públicas no município de Chapecó/SC, compreendendo alguns aspectos objetivos e subjetivos inerentes à sua inserção social, foi possível identificar os processos e fatos

que, na trajetória de existência dos conselhos municipais no contexto de Chapecó, foram sendo produzidos e comunicados em meio social. Assim, procedeu-se uma sistematização demarcando aspectos inerentes à trajetória histórica como forma de dar visibilidade pública a esses importantes fóruns locais participativos, identificando as representações de atores e organizações, os sentidos da participação social e as notícias veiculadas em jornais locais, envolvendo os conselheiros e conselhos municipais estudados.

Os processos comunicativos em meio aos conselhos municipais de políticas públicas estudados no contexto de Chapecó evidenciam a necessidade urgente de instituir um novo paradigma relacional entre esses fóruns e a mídia local, como forma de renovar e consolidar uma política de comunicação permanente para informar e difundir as ações realizadas (consoantes com suas competências) e, conseqüentemente, publicizar as deliberações e atos que contribuam para uma comunicação ampliada e transparente de seus processos de gestão e do controle social.

A representação de atores e entidades nos conselhos municipais é uma discussão que exige ser problematizada nas equipes de profissionais das secretarias executivas, dos conselheiros/conselhos e da sociedade civil organizada, a fim de estimular e garantir a legitimidade pública e participativa. Outra discussão, que também requer um aprofundamento, é a predominância de mulheres participantes nesses conselhos municipais.

Em relação à participação no conselho de saúde, mais especificamente, prevaleceu a indicação como o modo comum de inserção. Considerando que os conselheiros representam uma consciência coletiva, em defesa de interesses públicos, torna-se urgente decidir por alternativas populares de escolha/eleição dos conselheiros para promover maior legitimidade na tarefa de gestão local das políticas públicas.

A vivência da participação é apresentada pelos conselheiros de distintas maneiras. De um lado, significando o envolvimento ativo durante todo o processo de formulação de estratégias até o controle

da execução dessas políticas. De outro, a permanência passiva de alguns conselheiros em relação às iniciativas dos demais, exigindo a ampliação das possibilidades de engajamento e qualificação, para viabilizar a participação do conjunto dos conselheiros como atores que são, dos processos sociais de gestão das políticas públicas.

Notas

* A Pesquisa: “A Trajetória dos Conselhos Municipais de Políticas Públicas no Município de Chapecó –SC: uma trajetória histórica”, foi realizada pelo Grupo de Pesquisa em Políticas Públicas e Participação Social (GPPPS), da Universidade Comunitária da Região de Chapecó - UNOCHAPECÓ, no período de 2007–2009, com o apoio financeiro da Unochapecó através da modalidade: balcão de projetos de pesquisa – FAPE e PIBIC.

** Assistente Social. Mestre em Serviço Social. Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUC-RS. Professora da Área de Ciências Humanas e Jurídicas da Universidade Comunitária da Região de Chapecó – Unochapecó. Membro do Grupo de Pesquisa em Políticas Públicas e Participação Social – GPPPS-Unochapecó. Rua: Senador Atílio Fontana, 591-E – Bairro Efapi – Chapecó/SC/Brasil – CEP:89900-000. E-mail: dunia@unochapeco.edu.br

*** Enfermeira, Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Enfermagem da Universidade Federal de Santa Catarina, SC. Professora da Área de Ciências da Saúde da Universidade Comunitária da Região de Chapecó – Unochapecó. Membro do Grupo de Pesquisa em Políticas Públicas e Participação Social – GPPPS-Unochapecó. Rua: Senador Atílio Fontana, 591-E – Bairro Efapi – Chapecó/SC/Brasil – CEP:89900-000. E-mail: liane@desbrava.com.br

**** Enfermeira. Mestre em Enfermagem. Doutora em Filosofia pela Universidade de Bremen-Alemanha (Convalidado com o Título de Dra em Enfermagem pela Universidade Federal de Santa Catarina-UFSC), tese sobre participação popular e empoderamento. Professora da Área de Ciências da Saúde da Universidade Comunitária da Região de Chapecó – Unochapecó. Coordenadora Local do Mestrado Interinstitucional em Enfermagem – MINTER – em convênio com a UFSC. Coordenadora do Grupo de Pesquisa em Políticas Públicas e Participação Social – GPPPS-Unochapecó. Rua: Senador Atílio Fontana, 591-E – Bairro Efapi – Chapecó/SC/Brasil – CEP:89900-000. E-mail: lkleba@unochapeco.edu.br

***** Acadêmica do curso de graduação em Serviço Social da Universidade Comunitária da Região de Chapecó – Unochapecó. Membro do Grupo de Pesquisa em Políticas Públicas e Participação Social – GPPPS-Unochapecó. Rua: Senador Atílio Fontana, 591-E – Bairro Efapi, Chapecó/SC/Brasil – CEP: 89900-000.

***** Acadêmica do curso de graduação em Enfermagem da Universidade Comunitária da Região de Chapecó – Unochapecó. Membro do Grupo de Pesquisa em Políticas Públicas e Participação Social – GPPPS- Unochapecó. Rua: Senador Atílio Fontana, 591-E – Bairro Efapi, Chapecó/SC/Brasil – CEP: 89900-000.

***** Acadêmica do curso de graduação em Enfermagem da Universidade Comunitária da Região de Chapecó – Unochapecó. Membro do Grupo de Pesquisa em Políticas Públicas e Participação Social – GPPPS- Unochapecó. Rua: Senador Atílio Fontana, 591-E – Bairro Efapi, Chapecó/SC/Brasil – CEP: 89900-000.

¹ O referido Centro está vinculado à Universidade Comunitária da Região de Chapecó – Unochapecó.

² O referido Grupo está vinculado à Universidade Comunitária da Região de Chapecó – Unochapecó.

³ O Conselho Municipal de Saúde (CMS) foi criado pela Lei n. 3.290 de 1º de 1991, alterada pela lei n. 4300 de 18 de agosto de 2001.

⁴ O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) foi criado pela Lei n. 3.528 de 01 de junho de 1993, alterada pela Lei n. 3.918 de outubro de 1998.

⁵ O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) foi criado pela Lei n. 3.654 de 31 de agosto de 1995.

⁶ O Conselho Municipal dos Direitos do Idoso (CMDI) foi criado pela Lei n. 4.776 de 12 de novembro de 2004.

Referências

BIASI, Francieli Aparecida. **A mídia e os conselhos municipais de políticas públicas: uma relação a ser construída**. 2008. 95 f. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso de Serviço Social)- Universidade Comunitária Regional deChapecó, Chapecó, 2008.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Guia do monitor: curso de capacitação de conselheiros estaduais e municipais de saúde / Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão de Investimentos em Saúde, Departamento de Gerenciamento de Investimentos**. Brasília: Ministério da Saúde, 2002.

FERRAZ, Ana Targina Rodrigues. Cenários da participação política no Brasil: os conselhos gestores de políticas públicas. **Revista Serviço Social e Sociedade**, n. 88, ANO XXVI, São Paulo: Cortez, 2006.

FRANÇA, Vera Veiga; HOHLFELDT, Antônio; MARTINO, Luis. C. (Orgs). **Teorias da comunicação: conceitos, escolas e tendências**. 5.ed. Petrópolis: Vozes, 2005.

GUIZARDI, Francini Lube; PINHEIRO, Roseni. Dilemas culturais, sociais e políticos da participação dos movimentos sociais nos Conselhos de Saúde. **Revista Ciência e Saúde Coletiva**, 11(3):797-805, 2006.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Divisão do Brasil em mesoregiões geográficas**. Rio de Janeiro: IBGE, 2007.

A inserção social dos conselhos municipais de políticas públicas em Chapecó/SC:
aspectos inerentes à trajetória histórica – *Dúnia Comerlato, Liane Colliselli,*
Maria Elisabeth Kleba, Sandra Lúcia Peretto, Patrícia Savariz, Veridiana da Silva Pinto

KLEBA, Maria Elisabeth. **Descentralização do sistema de saúde no Brasil:** limites e possibilidades de uma estratégia para o empoderamento. Chapecó: Argos, 2005.

MELO, José Marques. **Comunicação Social:** teoria e pesquisa. Petrópolis: Vozes, 1970.

POLI, Odilon. **Leituras em movimentos sociais.** 2. ed. rev. Chapecó: Argos, 2008.

PRESOTO, Lucia Helena; WESTPHAL, Márcia Faria. A participação social na atuação dos conselhos municipais de Bertiooga - SP. **Revista Saúde e Sociedade.** [online]. 2005, vol. 14, n. 1, p.68-77.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social:** métodos e técnicas. 3. ed. revista e ampliada. São Paulo: Atlas, 2007.

Abstract

The municipal councils creation within the public politics area, founded by the constitutional text of 1988, it became a fact in the municipalities, more precisely, during the 1990s. The municipal councils of public politics figures one of the major innovation in the social actions management field and are considered important channels of dialogue and creation of new social relations and politic. Accordingly to subject, its constitute protagonists, or collective subjects in the social construction of local reality, to (re)define power relations, to produce facts / events and meanings. Thus demarcating different historical trajectories mean of particularities in the local reality in which they are operating. In this article, describes aspects of representation, participation and communication inherent in the historical trajectory of social integration of the municipal councils of public policies for Health, Social Welfare, Rights of the Child and Adolescent and the Rights of the Elderly in the Chapecó reality. This study is characterized qualitatively, history type. As techniques and instruments for data collection, the document analysis and interviews, basically, they generated the empirical information. As a result, such as: the catalog of councils creation, the representation of entities, the perception of participation and the communication established with the local media.

Keywords: Social participation. Local power. Municipal councils.